

POLÍCIA FEDERAL

Planejamento e Execução de Operações Aéreas

OBJETIVO

O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais visa descrever os processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Referência: Art. 5º, XVII da Lei 13.709/2018 (LGPD).

1 – IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO

Controlador

Polícia Federal

Operador

Polícia Federal

Encarregado

PCF Daniel Russo

E-mail Encarregado

cgge@pf.gov.br

Telefone Encarregado

(61) 2024-7632

FINALIDADE DO TRATAMENTO

Segurança da equipe tática e de terceiros. Os resultados pretendidos para o titular de dados são: Segurança da equipe tática e dos demais envolvidos.

Os benefícios esperados para o órgão, entidade ou para a sociedade como um todo são: Maior segurança nos procedimentos sensíveis envolvendo alta ou altíssima periculosidade.

As medidas de segurança atualmente adotadas são: Política de Segurança; Gestão de Riscos; Segurança nas Operações; Organização da Segurança; Classificação da Informação; Proteção Física e do Ambiente; Gestão de Mudanças; Continuidade de Negócio; Tratamento e Resposta a Incidentes; Controles de Coleta e Preservação de Evidências; Controles Criptográficos; Cópia de Segurança; Controle de Acesso Lógico; Registro de Eventos e Rastreabilidade; Compartilhamento, Uso e Proteção da Informação; Desenvolvimento Seguro; Segurança em Redes.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A hipótese legal para tratamento de dados pessoais é o art. 4º, inciso III, alíneas a) e d) da LGPD.

A necessidade do tratamento de dados desse processo é respaldada pela previsão legal constante na Lei nº 12.527/2011, no Decreto nº 7.724/2012 e na Instrução Normativa 205/2021- DG/PF - Regulamenta as atividades de Ouvidoria e de Serviço de Informação ao Cidadão - SIC no âmbito da Polícia Federal.